

Live - Série ANFIP: “Cabe ao Estado promover o desenvolvimento”



10 Medidas propostas pelo Fisco para combater a Covid-19



O conjunto de medidas tributárias emergenciais para enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19 foi tema, na quarta-feira (15/4), do segundo debate da Live - Série ANFIP, com transmissão ao vivo pelo Facebook e Youtube.

O objetivo da iniciativa é levar ao conhecimento da sociedade assuntos de interesse público, sempre com participação de representantes de carreiras do funcionalismo e de autoridades. O projeto tem parceria com a Agência Servidores e mediação do jornalista Sérgio Lerrer.

Desta vez, participaram, pela ANFIP, o presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, além do presidente da Fenafisco, Charles Alcantara, e do deputado federal Ronaldo Santini.

Décio Lopes, ao falar das 10 propostas formuladas pelas entidades do Fisco, ressaltou que é preciso fortalecer o Estado brasileiro e o serviço público para que seja capaz de atender às demandas da sociedade, principalmente em situações de crise, como a que se passa atualmente, devido à calamidade na saúde pública.

“Cabe ao Estado a liberação de recursos para que o país saia dessa crise. Cabe ao Estado promover o desenvolvimento. A

onda de desvalorização do serviço público e dos servidores que se instaurou é um entrave para o desenvolvimento do país. São exatamente os servidores que estão expostos nos hospitais, nas fronteiras, na segurança pública. Exatamente nesse momento de pandemia é que se deve mudar o norte de diminuição do serviço público e do Estado brasileiro”, defendeu o presidente da ANFIP.

O deputado Ronaldo Santini abordou as propostas em tramitação no Congresso em socorro aos efeitos da pandemia e a importância de que as medidas cheguem na ponta, o que não está ocorrendo, segundo o parlamentar: “Isso é uma coisa que eu tenho cobrado muito do governo, a efetividade das medidas. Não podemos criar falsas expectativas nesse momento”.

Para Charles Alcantara, esse é o momento de convocar quem mais pode contribuir economicamente para a responsabilidade. “Precisamos ter a compreensão de que é preciso chamar alguns setores para colaborar, principalmente em momentos de pandemia. Primeiro, é preciso salvar o maior número de pessoas, de vidas. Depois, vamos ter que dar conta da crise econômica pós pandemia”, afirmou. O presidente da Fenafisco também defendeu

o Sistema Único de Saúde (SUS) e criticou o modelo de tributação do Brasil, que aprofunda as desigualdades de renda: “Há uma acumulação da riqueza que chega a ser indecente e imoral. Temos um conjunto de propostas que podem e vão ajudar o Brasil nesse momento de crise”.

Já Cesar Roxo alertou que a sociedade precisa estar consciente de que quem vai pagar os gastos do Estado para sair da crise é o contribuinte. “Num momento em que o país gasta mais do que tem, a conta vai vir. Esse um trilhão de reais, anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a sociedade tem que se conscientizar de que quem vai pagar isso é ela, por meio de tributos. E a nossa preocupação é exatamente essa. Como vai ser essa carga tributária? Quem vai pagar mais, quem vai pagar menos?”, afirmou.

O vice-presidente da ANFIP explicou que o sistema tributário brasileiro, que deveria ser instrumento para diminuir as desigualdades do país, aprofunda ainda mais as desigualdades, por que é extremamente concentrador. “Quanto menor a renda, maior a carga tributária. Isso deveria ser o contrário. Diminuir a tributação sobre o consumo e aumentar na renda e propriedade”, destacou.

Carf: fim do voto de qualidade é repudiado pela ANFIP

Página 2

Conselho define estratégias para ações judiciais

Página 3

Live, Podcast e Histórias Fiscais: confira as novidades

Página 6

ANFIP repudia fim do voto de qualidade no Carf



É com repúdio, e bastante preocupação, que a ANFIP verifica a sanção da Lei nº 13.988/20, pelo presidente Jair Bolsonaro, que acaba com o voto de desempate pela Fazenda Nacional no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), contrariando recomendações do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e do procurador-

geral da República, Augusto Aras.

A medida havia sido incluída por deputados e senadores na Medida Provisória (MP) 899/10, do Contribuinte Legal, um programa do governo com descontos para empresas quitarem suas dívidas.

Com o fim do voto de qualidade, os

presidentes de colegiados internos do Carf não terão mais o poder de desempatar um julgamento, o que, na prática, levará a vitória ao contribuinte, ou seja, às grandes empresas, cercadas de planejamento tributário para burlar o sistema.

Perde o Estado o seu poder julgador, perdem os representantes da Fazenda suas atribuições em proteger a economia do país, perdem os Auditores Fiscais em suas atuações fiscais, principalmente as aplicadas em grandes operações. Além disso, caso ainda perca um julgamento no Carf, o contribuinte pode discutir uma autuação fiscal na Justiça, porém a Fazenda não poderá recorrer de decisões contrárias.

A ANFIP lamenta tal atitude e informa que já está analisando as medidas jurídicas necessárias para resguardar a atuação do Conselho na defesa do sistema tributário nacional.

ANFIP e entidades cobram do governo pagamento imediato dos precatórios



A ANFIP e a OAB Federal, em conjunto com outras entidades, solicitaram ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ao presidente do Senado Federal, David Alcolumbre, e ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Facundo de Almeida, a imediata liberação dos valores

referentes aos precatórios com previsão orçamentária para pagamento ainda em 2020. Os requerimentos foram enviados na terça-feira (14/4).

A medida se fez necessária diante da previsão de votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 116/2020, de autoria do senador Otto Alencar (PDS/BA), com

o escopo de sustar os efeitos da Resolução nº 303/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob o fundamento de que a liberação dos precatórios seria prejudicial ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

No documento enviado às autoridades, disponíveis na página da ANFIP na internet, as entidades ressaltam que o pagamento dos valores não somente socorrerá os idosos e os portadores de doenças graves/crônicas, que pertencem ao grupo de risco da Covid-19 e se encontram em situação de vulnerabilidade, como também fará frente às despesas para o combate à doença, por meio do recolhimento de tributos em favor da Fazenda Pública, e alavancará a economia do país.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251-8100
Whatsapp: (61) 98289-5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

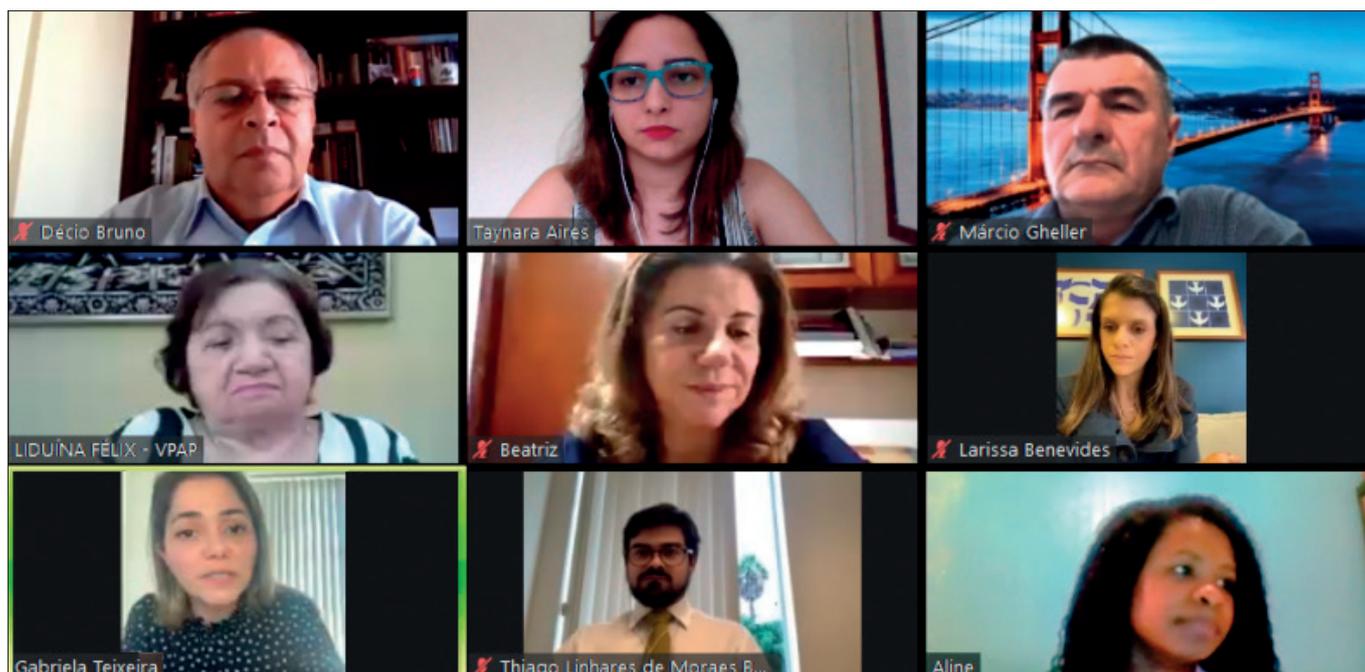
ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



ANFIP define estratégias para o andamento das ações judiciais durante a pandemia



Em videoconferência, o setor Jurídico da ANFIP se reuniu com o escritório Torreão Braz Advogados na quarta-feira (15/4). A pauta teve como proposta repercutir e debater o atual cenário das ações judiciais da Entidade diante à crise causada pela Covid-19.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, mostrou preocupação com os possíveis riscos de sucumbência. No entanto, o advogado Thiago Linhares de Moraes destacou que todos os esforços têm sido feitos para que esses riscos sejam minorados. Linhares ainda apresentou um relatório com todos os processos, que estão sob os cuidados do escritório, detalhando caso a caso.

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz

Fernandes Branco, salientou um dos pontos de maior preocupação dos associados, que é o pagamento de precatórios. “O governo federal tem insistido nessa questão, já colocou em discussão que os precatórios não sejam pagos devido à pandemia, e isso nos deixa em alerta”.

Nessa circunstância, a advogada Gabriela Teixeira reafirmou o compromisso do escritório na defesa do pagamento dos precatórios, principalmente os de valores que deveriam ser pagos neste ano. “Estamos em uma grande articulação para que essas PECs que englobam precatórios não sejam aprovadas. O estado de calamidade pública não pode atingir de forma inconstitucional quem mais precisa desses valores, que são os idosos”.

Apesar da atual situação do país, a advogada se diz confiante no andamento das ações judiciais e que outras medidas também podem ser avaliadas. “O chamado crédito superpreferencial, que integra a parcela de crédito alimentar, pode ser considerado, por exemplo”.

Durante a reunião, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP reforçou o pedido de atenção aos advogados em relação aos prazos de expedição dos ofícios requisitórios, para que os associados não tenham prejuízos ainda maiores por causa das consequências da pandemia.

Também estiveram presentes o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix.

Entidades lançam site exclusivo sobre medidas emergenciais

As principais entidades representativas das carreiras fiscais apresentaram, em conjunto, 10 medidas tributárias emergenciais para o enfrentamento da crise econômica e fiscal decorrente da pandemia da Covid-19, provocada pelo novo coronavírus, que foram levadas para apreciação das autoridades governamentais e do Congresso Nacional.

Para dar maior visibilidade às propostas e facilitar o acompanhamento da sociedade, foi criada uma página exclusiva na internet com o documento e todos os detalhes das medidas, de



curto e médio prazos, que representam opções no campo tributário, que será amplamente impactado com uma inevitável queda de arrecadação e aumento de demandas da sociedade.

Acesse www.10medidatributarias.org.br para conhecer e avaliar cada proposta, de autoria da ANFIP, Fenafisco, Sindifisco Nacional, Unafisco Nacional, Fenafim e Febrafite.

Fonacate avalia cenário do serviço público em assembleia geral



O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), por meio de videoconferência, promoveu assembleia geral, na terça-feira (14/4), com participação do deputado federal Marcelo Calero (Cidadania/RJ). Dentre os temas, um grande debate sobre o atual cenário do serviço público e dos servidores.

Na oportunidade, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, relatou ao parlamentar a preocupação da Entidade e das demais carreiras em relação ao massacre que vem ocorrendo aos órgãos da Administração Tributária, o que dificulta a ação da fiscalização e a realização do crédito tributário,

exatamente no momento em que o Estado Brasileiro precisa de mais recursos para amenizar os efeitos da crise trazida pela pandemia da Covid-19.

Décio Lopes expressou ao deputado que é de se repudiar a extinção do voto de qualidade no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) que, com a sanção da Lei nº 13.988/2020, permite que o julgamento do processo, em caso de empate, seja resolvido de forma favorável ao contribuinte.

“Precisamos saber até quando o Congresso Nacional vai deixar o fisco em segundo plano, uma vez que o Estado não sobrevive sem arrecadação”, questionou o presidente.

O deputado reforçou que, neste momento, é difícil o Congresso alterar esse dispositivo. “O que é viável agora é buscar a judicialização. Seria o caminho mais eficaz e mais célere do que buscar uma alteração legal”, disse.

Marcelo Calero destacou também que recebeu as propostas tributárias elaboradas pelas entidades do fisco, entre elas a ANFIP. “O conjunto de propostas para o avanço na economia frente à pandemia de coronavírus é bem-vindo. Chegou às minhas mãos e está em análise”, esclareceu.

Em relação às constantes propostas do governo em reduzir os salários dos servidores, Marcelo Calero reforçou às entidades que esses cortes não devem ocorrer. “A redução salarial pode acontecer nos salários dos parlamentares, não dos servidores. Uma atitude como essa tiraria dinheiro da economia e de toda a cadeia da qual ela depende, não vamos permitir isso”, garantiu.

O Fórum ainda debateu outros temas como o PLP 149/19 (Plano Mansueto), o PLP 6726/16 (Teto Remuneratório), a EC 103/19 (Reforma da Previdência), além de articulações para o pagamento de precatórios.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, também acompanhou os debates.

NOS ESTADOS

Agafisp mantém atendimento virtual até o dia 30 de abril



Considerando as recomendações das autoridades de saúde referentes à prevenção à Covid-19, a Diretoria da Agafisp, estadual da ANFIP no

Rio Grande do Sul, comunica que até o dia 30 de abril não haverá atendimento presencial na sede da entidade, estando disponível apenas

o plantão telefônico diário, das 9h às 18h, pelos fones (51) 3224-4355 e (51) 9 9342-5296. As informações e solicitações devem ser realizadas pelo e-mail agafisp@agafisp.org.br ou pelo WhatsApp (51) 9 9342-5296.

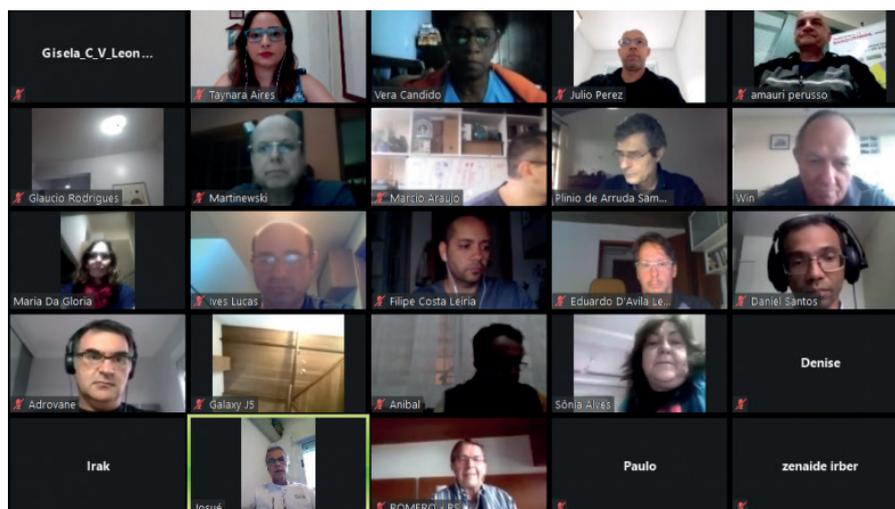
Até a última semana de abril, a Agafisp se disponibiliza para sanar dúvidas a respeito do preenchimento da Declaração de Ajustes do IRPF. Os questionamentos devem ser enviados por escrito pelo WhatsApp (51) 9 9373-6399 ou pelo e-mail joseamilton.freire@gmail.com, e serão esclarecidas o mais rápido possível.

ANFIP debate conjuntura nacional com Auditores dos Tribunais de Contas

O vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, José Avelino da Silva Neto, e o assessor de Estudos Socioeconômicos da Entidade, Vilson Antonio Romero, participaram de videoconferência promovida pelo Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, na terça-feira (14/4).

Para apresentar e debater os impactos econômicos da pandemia no Brasil foi convidado o professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Plínio de Arruda Sampaio Júnior. O especialista apresentou um cenário de grande incerteza em âmbito estrutural e emergencial. “Temos, no mínimo, de 18 meses a dois anos para voltar a ter algum equilíbrio no país. Há uma crise fiscal muito grande, que inclui também a dívida pública com forte vulnerabilidade externa”.

O professor avaliou que a crise atinge bruscamente o mundo inteiro. “Haverá uma mudança no equilíbrio de poderes e, no caso do Brasil, ficamos a ver navios enquanto a economia mundial não se organiza. Neste contexto, as



maiores vítimas são os pobres, os menos qualificados e as mulheres com as consequências de desemprego e fome”, argumentou Plínio Sampaio.

Na avaliação do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, os debates em momento de crise são fundamentais para que os cenários possam ser avaliados com cautela e seriedade. “É fundamental participar dessas iniciativas, como a promovida pelos Auditores dos Tribunais de

Contas, que nos permitem perceber a gravidade do momento que vivemos e as dificuldades que continuarão sendo enfrentadas durante bastante tempo como efeito da Covid-19”, ponderou Vilson Romero.

Participaram do evento representantes de diversas outras entidades, entre eles, Amaury Perusso, da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenastc).

ANFIP participa de reunião do MCCE sobre as eleições municipais de 2020

Na quarta-feira (15/4), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) realizou sua primeira reunião on-line com as entidades parceiras. A ANFIP, representada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, acompanhou a videoconferência, que teve como principal pauta as eleições municipais de 2020, bem como o destino do fundo eleitoral, o papel da sociedade civil e as estratégias de combate à corrupção em período de pandemia. O criador da Lei nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), Márlon Reis, também esteve presente.

As eleições das prefeituras regionais estão previstas para outubro e serão presididas pelo ministro Luís Roberto Barroso, que assume a presidência do Tribunal Superior Eleitoral em maio. O posicionamento oficial do TSE é de

que é preciso avaliar o momento para definir, diante do cenário de pandemia, se haverá, de fato, as eleições em 2020. Segundo o ministro, há, em último caso, a possibilidade de adiamento do processo. Entretanto, apesar da incerteza causada pela atual situação nacional, as autoridades estão fazendo o possível para que o calendário não seja alterado, podendo recorrer a votações on-line.

O presidente do MCCE, Luciano Caparroz Santos, sugeriu o encaminhamento de um ofício ao TSE, solicitando a participação de um Grupo de Trabalho (GT) para projetar os impactos da pandemia nas atividades da Justiça Eleitoral vinculadas, especialmente, às eleições municipais de 2020. A entidade representaria a sociedade civil durante todo o processo. Além disso, o Movimento está intensificando as campanhas nas redes sociais e plataformas digitais, a fim de

usar as ferramentas tecnológicas a favor da categoria, fazendo as adaptações necessárias em prol da democracia.

De acordo com Melillo Dinis do Nascimento, membro da Diretoria do MCCE, a prioridade no momento é ampliar a presença e a articulação do Movimento, defendendo a preservação da Constituição e a democracia. O principal desafio diante do distanciamento social é se manifestar de forma a garantir a participação ativa da sociedade civil nos debates junto ao TSE; e a missão, em conjunto com as outras entidades, é manter a forma na qual o processo eleitoral é feito.

“A vigilância sobre o processo eleitoral é fundamental, principalmente neste momento crítico da cidadania, quando oportunistas de plantão podem se valer da emergência para construir manobras que coloquem em risco a democracia”, avaliou Vilson Romero.

Histórias Fiscais: a cada semana um novo conto

Para resgatarmos a memória cultural da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originalmente, em publicações lançadas na década de 1990.

Dois livros marcam esse período, o “Fiscalização Previdenciária – Uma

viagem através do tempo”, com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991. E o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-dia da

fiscalização, resultado de concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!

Podcast ANFIP apresenta informações em áudio

Com o objetivo de oferecer alternativas para os associados se manterem informados, a ANFIP

publica no Podcast, disponível na página da Entidade na internet e no Soundcloud, áudios dos principais

debates promovidos pela Entidade. As lives da Série ANFIP também podem ser conferidas lá. Ouça! Compartilhe!

ANFIP lança debate semanal nas redes sociais

A ANFIP, conectada à era digital, inova mais uma vez. Toda quarta-feira tem conteúdo especial para você conferir na Live - Série ANFIP. Em parceria com a Agência Servidores, moderação do jornalista Sergio Lerrer, Auditores Fiscais apresentam

análises, debates e propostas para o fortalecimento da carreira fiscal e da sociedade. Convidados especiais reforçam a importância dos temas em pauta. Seguridade social, previdência, tributos, economia, política e atualidade discutidos com seriedade.

Anote em sua agenda, toda quarta-feira, às 10h, com transmissão pelo canal da ANFIP no YouTube e pela página do Facebook tem Live - Série ANFIP. As edições anteriores ficam disponíveis em nosso site e nas mídias sociais.

BENEFÍCIOS

Cruzeiro do Sul oferece novos cursos na modalidade EaD



EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Em virtude dos últimos acontecimentos no Brasil e no mundo, causados pela pandemia da Covid-19, a ANFIP, por meio da parceria com a Educação Corporativa da Cruzeiro do Sul, disponível na plataforma ANFIP tem + vantagens, disponibiliza novos cursos em sua plataforma de Educação a Distância (EaD).

Confira a lista dos cursos disponíveis:

Tecnologia

- Desenvolvimento de Aplicações para Internet;
- Programação de computadores (novo);
- Auditoria em Tecnologia da Informação (novo).

Saúde

- Epidemiologia (novo);
- Higiene e Vigilância Sanitária;
- Psicologia da Saúde (novo);
- Lógica Hospitalar (novo).

Comunicação

- Educomunicação (novo);

- Resolução de conflitos no mercado de trabalho.

Gestão e Negócios

- Administração Financeira;
- Atendimento ao cliente;
- Como gerir equipes de alta performance;
- Gestão Comercial;
- Planejamento Estratégico em RH;
- Administração de Vendas.

Em caso de dúvidas, entre em contato pelo e-mail mario.machado@cruzeirosul.edu.br ou pelo telefone (11) 2178-1581.

Trabalhe em casa com mais conforto e tecnologia

Em época de quarentena, torna-se indispensável ter itens de boa qualidade em casa, principalmente diante da adesão de muitos profissionais ao regime de *home office*. Pensando nisso, a ANFIP,

por meio da plataforma ANFIP Tem + Vantagens, disponibilizou descontos, exclusivos para os associados, em produtos essenciais para dar um *upgrade* em seu novo ambiente de trabalho.

Obtenha eletrônicos e móveis de qualidade e garanta seu conforto e produtividade durante o período de isolamento social, além, é claro, de manter a biossegurança da sua família. Acesse e confira!

Adquira seu novo Chevrolet com bônus exclusivo



O Clube de Vantagens da ANFIP preparou ofertas especiais para você, associado, trocar de carro. Aproveite a oportunidade e viva uma nova experiência na estrada. O programa Amigos Chevrolet oferece bônus a partir de R\$ 2 mil nos modelos mais desejados. Acesse agora e confira: anfip.temvantagens.com.br